

Pôster  
**Territórios juvenis – o rural e o urbano**

**A PERCEPÇÃO DE ADOLESCENTES SOBRE SEUS DIREITOS E DEVERES**

Cássia Ferrazza Alves – Psicóloga e mestranda do PPG em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aline Cardoso Siqueira – Psicóloga e professora adjunta do Departamento de Psicologia e do PPG em Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) considera as crianças e os adolescentes como detentores de direitos e deveres. O reconhecimento por parte dos jovens de seus direitos e deveres é fundamental, pois saberão quando os direitos forem violados bem como o conhecimento dos deveres estimulará o senso de cidadania. A literatura aponta que as crianças e os adolescentes demonstram ter maior conhecimento relativo aos direitos à educação e ao lazer. Esse estudo objetivou conhecer a percepção de adolescentes dos contextos urbano e rural sobre seus direitos e deveres. Participaram desse estudo quanti-qualitativo, 47 adolescentes (20 moradores da zona rural e 27 moradores da zona urbana) estudantes com idades entre 12 e 15 anos, de ambos os sexos, da 6ª a 8ª séries do Ensino Fundamental, moradores de uma cidade do interior do Rio Grande do Sul. Foi utilizado o Questionário Sobre Conhecimentos em Direitos, sendo analisado posteriormente de forma quantitativa descritiva. Todas considerações éticas no que tange a pesquisa com seres humanos foram atendidas. Para 92,6% dos estudantes do contexto urbano e 94,8% dos estudantes do contexto rural, as crianças e os adolescentes são detentores de direitos. Apesar disso, 55% e 51,9% dos participantes do contexto urbano e rural, respectivamente, souberam citar alguns exemplos de direitos, sendo o direito à educação o mais citado. O direito ao lazer seguido pelo direito de expressar a opinião foram apontados pelos participantes do meio urbano e o direito de não trabalhar foi o ressaltado pelos do contexto rural. Os pais nos dois contextos foram mencionados como principal recurso que os adolescentes recorriam para a garantia de seus direitos. Todos os participantes do contexto urbano afirmaram já ter ouvido falar do Conselho Tutelar, 28,1% souberam sua finalidade evidenciando-se tanto como um órgão de proteção como de punição às crianças e aos adolescentes. No contexto rural, somente um participante afirmou não conhecê-lo, e 85% souberam sua finalidade, sendo a função protetiva a mais citada, sugerindo que o maior conhecimento do Conselho Tutelar e suas atribuições se deva ao fato destes adolescentes estarem mais vulneráveis à violação de seus direitos. Todos os participantes do contexto urbano e 90% dos estudantes do contexto rural acreditaram que as crianças e os adolescentes têm deveres, sendo que 74,1% e 57,9%, respectivamente, souberam exemplificar. O dever de estudar foi o mais citado. A partir dos resultados apresentados, considera-se que as semelhanças entre os grupos, como o reconhecimento do direito à educação, estão associadas aos aspectos difundidos culturalmente enquanto que as diferenças representam as singularidades de cada contexto. Sugere-se a criação de espaços sociais para a discussão dos direitos e deveres das crianças e dos adolescentes, visando a uma sociedade mais igualitária na medida em que permita que os jovens exerçam sua cidadania de forma plena e consciente.

**Palavras-chave:** contextos urbano e rural; direitos e deveres das crianças e adolescentes; adolescência.